

TRANSPORTE ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO: o que revelam as investigações entre 2009-2019 na BDTD?

*Larissa Amaro
Ana Cláudia Rodrigues
Marcelo Saturnino*

Resumo

Este artigo analisa parte dos trabalhos produzidos sobre a relação entre o transporte escolar e a educação do campo no Brasil, no período de 2009 a 2019. Para tanto, investigou na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) 69 trabalhos, a partir dos descritores: *transporte escolar e educação do campo*. O interesse consistiu em identificar o que os pesquisadores têm priorizado em suas investigações sobre os temas. Para guiar a análise do material elegeu-se os critérios: distribuição anual das pesquisas; área do conhecimento; gênero dos autores; aspectos geográficos da produção; delineamento metodológico, aspectos (temáticas) em evidência e secundarizados. Os achados indicaram que política de transporte escolar ao tempo que contribuiu para a garantia do acesso e permanência dos estudantes na escola, viabilizou, em alguns casos, a nucleação. Logo, infere-se que ajustes sejam promovidos na política para que esta não dificulte o fortalecimento da identidade campesina.

Palavras-chave: políticas públicas; transporte escolar; educação do campo; estudantes do campo.

SCHOOL TRANSPORTATION AND RURAL EDUCATION: what does research reveal between 2009-2019 in the BDTD?

Abstract

This article analyzes part of the studies produced on the relationship between school transport and rural education in Brazil in the period 2009-2019. It was investigated in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) with sixty-nine works, based on the descriptors: school transport and education in the field. The interest of the researchers was to identify the priority of their research. In addition, to guide the analysis of the material, the following criteria were chosen: annual distribution of research consultations; knowledge area; genres of the authors, geographical aspects of the production; methodological design, aspects (thematic) in evidence and secondary. The findings indicated that the school transportation policy at the time contributed to the guarantee of access and permanence of the students in the school, also, in some cases it enabled the school nucleation. Therefore, it is inferred that they promote policy adjustments to hinder the strengthening of peasant identity.

Keywords: public policies; school transportation; rural education; students from the rural area.

TRANSPORTE ESCOLAR Y EDUCACIÓN RURAL: ¿qué revelan las investigaciones entre 2009-2019 en la BDTD?

Resumen

Este artículo analiza parte de los trabajos producidos acerca de la relación entre transporte escolar y educación rural en Brasil, en el periodo 2009-2019. Se investigó en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) con sesenta y nueve trabajos, con base de los descriptores: transporte escolar y educación en el campo. El interés de los investigadores consistió en identificar la prioridad de sus investigaciones. Además, para guiar el análisis del material, se eligió los siguientes criterios: distribución anual de investigaciones, consultas; área del conocimiento; géneros de los autores, aspectos geográficos de la producción; diseño metodológico, aspectos (temáticos) en evidencia y secundarios. Los hallazgos indicaron que la política de transporte escolar en el momento contribuyó a la garantía de acceso y permanencia de los

estudiantes en la escuela, en algunos casos habilitó la nucleación escolar. Por tanto, se infiere que se promueven ajustes en la política para que no obstaculice el fortalecimiento de la identidad campesina.

Palabras claves: políticas públicas; transporte escolar; educación rural; estudiantes de la zona rural.

INTRODUÇÃO

Historicamente, crianças e jovens residentes do campo, foram negligenciados quanto a garantia do acesso e permanência nos sistemas de ensino, tendo em vista que para estudarem, precisavam percorrer longos caminhos a pé no trajeto casa-escola, escola-casa, dentre outras dificuldades que somadas, contribuiu para muitos estudantes desistirem de estudar.

Mesmo com a universalização da educação básica obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade, por meio da instituição da obrigatoriedade e gratuidade do sistema educacional brasileiro, assegurado pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 208, a educação ofertada para a população do campo sempre foi marcada por traços de desigualdade no que tange o acesso e permanência dos estudantes nos sistemas de ensino.

Uma vez que a garantia do direito a educação pública não foi suficiente para assegurar o acesso à escola, houve a necessidade de criar mecanismos ou políticas educacionais para afirmar esse direito as crianças e adolescentes do campo. É nesse contexto que emerge no Brasil a política de transporte escolar, com o objetivo de atender a demanda dos estudantes do campo e garantir o acesso escola.

Dessa forma, desde a década de 1990 foram criados 3 programas de transporte escolar, a saber: o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) em 1994, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) em 2004 e o Programa Caminho da Escola, em 2007 coordenados pela Fundação Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE), de modo que o PNTE foi extinto e, atualmente, o transporte escolar de alunos do campo vêm de dois programas executados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC): o PNATE e o Programa Caminho da Escola, ambos voltados para o atendimento dos alunos prioritariamente do campo.

Os programas de transporte escolar vigentes, PNATE e Caminho da Escola, atendem hoje tanto estudantes do campo quanto estudantes da cidade, desde o ensino fundamental até o ensino superior e cada vez mais a sua demanda tem aumentado tendo em vista a política de nucleação escolar que, no que lhe concerne, corresponde a um procedimento político-administrativo que consiste na reunião de várias escolas isoladas em uma só, desativando ou demolindo as demais” (INEP/MEC, 2006, p.116). Corroborando com essa argumentação, Rodrigues et al (2017) explica que a política de nucleação diz respeito ao fechamento das escolas multisseriadas nas pequenas comunidades rurais e a transferência de seus alunos para escolas que ficam em comunidades mais afastadas da comunidade dos alunos.

Tal política tem sido alvo de muitas discussões posto que é contrária a luta em prol da Educação no e do Campo¹. Além disso, em muitas comunidades, as escolas são os únicos meios públicos existentes e caracterizam-se em um espaço de discussão coletiva e de atividades culturais, isto é, a sua importância no cotidiano das comunidades está para além do ensino. Nesse contexto, conforme salienta Nogueira (2014, p. 46) “[...] fechar uma escola é um atentado à sobrevivência de uma comunidade.”

Para compreender de que forma e em que condições as dimensões da relação entre a política de transporte escolar e a Educação do Campo vêm sendo estudadas no Brasil, fizemos um

¹ No: o povo que tem direito a ser educado a ser educado onde vive;

Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2004, p. 149-150).

levantamento do tipo revisão de literatura de dissertações publicadas nos últimos dez anos – período de 2009 a 2019 – na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Por meio deste estudo, elaboramos um panorama a respeito das pesquisas que vêm sendo realizadas nesse eixo temático da seguinte forma: revisão de bibliografias relacionadas ao objeto e

ao tema de estudo; descrição e sistematização dos dados coletados; e análise e discussão das informações.

METODOLOGIA

Para a realização desse levantamento das dissertações, cuja pesquisas tratam a relação entre transporte escolar e Educação do Campo, foi realizada uma busca no banco de dissertações online disponível na BDTD, que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>), considerando-se os últimos 10 anos, período de 2009 a 2019. Justifica-se que o intervalo anunciado foi escolhido em razão de ser o período onde o programa Caminho da Escola, política promulgada no ano de 2007, já estava sendo efetivado nos municípios brasileiros intencionando-se assim, uma análise mais aprofundada do que se propõe.

Para selecionar as dissertações, fizemos uma busca, em janeiro de 2020, na BDTD com os seguintes descritores: *transporte escolar e educação do campo*, e como filtros: (a) dissertações; (b) idioma: português e; (c) período: 2009-2019. Foram registrados 69 trabalhos.

Ao fazer a leitura dos resumos, constatamos que apenas 14 dissertações, cujo títulos estão destacados na tabela 1, atendiam aos objetivos deste estudo. Importa salientar que para a seleção, consideramos como critério de inclusão todas as dissertações que tratavam da relação entre a política de transporte escolar e a Educação do Campo no Brasil, e como critério de exclusão, as demais dissertações.

Tabela 1 – Seleção das dissertações a partir do descritor: Transporte escolar e educação do campo

Títulos das dissertações	Autor(a)	Nº	%
Alfabetização na educação do campo: relatos de professores de classes multisseriadas da Ilha de Marajó	CARDOSO JUNIOR, 2009	1	7%
Modelo organizacional para o transporte escolar rural nos estados e municípios brasileiros	LOPES, 2009	1	7%
Transporte escolar rural na perspectiva de gestores e planejadores/operadores: subsídios para políticas públicas	SANTOS, 2010	1	7%
Da vida das escolas rurais isoladas a uma escola isolada da vida rural: aprendizagens do processo de nucleação em Santa Rosa de Lima	BAUMANN, 2012	1	7%
Educação do campo: desafios para implementação de uma política educacional das escolas do campo	PAULA, 2013	1	7%
As escolas no campo e as salas multisseriadas no Estado de São Paulo: um estudo sobre as condições da educação escolar	BASSO, 2013	1	7%
A relação homem – natureza no contexto do fechamento das escolas rurais em Ouvidor (GO)	NOGUEIRA, 2014	1	7%

A experiência de egressos de uma escola do campo no município de Araraquara – SP	PAIVA, 2014	1	7%
Desvelando cercas: o cenário da educação básica do e no campo no estado do Tocantins	SANTOS, 2017	1	7%
Memória camponesa: os conflitos pela terra e educação do campo no município de Barreiras (BA)	SANTOS, 2018	1	7%
O acesso e a permanência à educação escolar no município de Renascença-PR: percurso de crianças do campo à única escola municipal	GROFF, 2018	1	7%
O impacto dos recursos aplicados no transporte escolar em relação à gestão político-financeira da educação básica: um estudo do financiamento da educação em municípios de Goiás	NEVES, 2019	1	7%
Desafios e perspectivas da educação do campo: uma análise em Porto Nacional – TO	SILVA, 2019	1	7%
Total		14	100%

Fonte: Elaborada pela autora, 2020

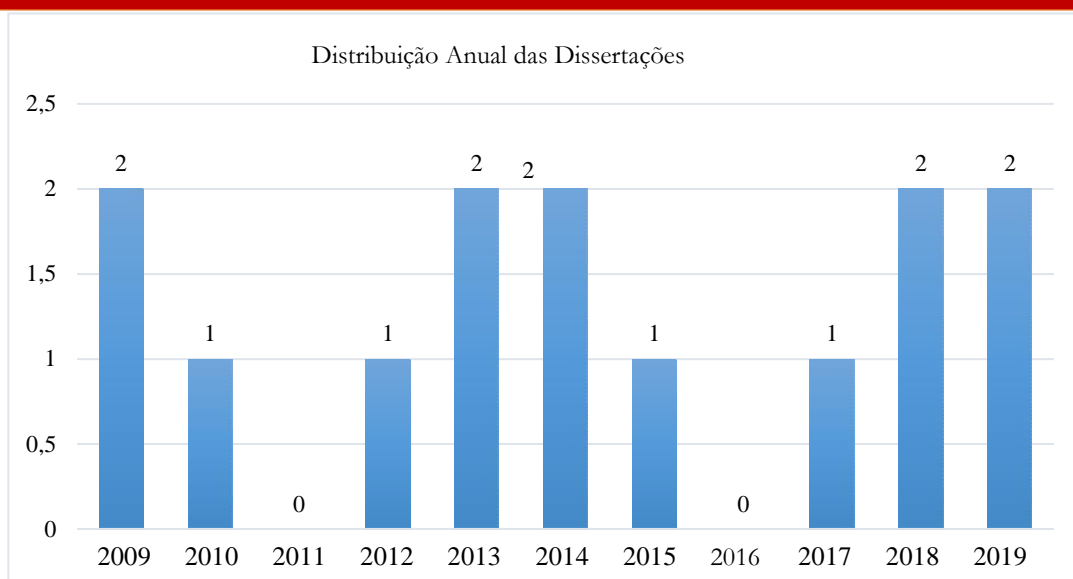
Para guiar a análise do material (corpus), elegemos os seguintes critérios: distribuição anual das pesquisas; aspectos geográficos da produção; gênero dos autores; área da Pós- Graduação; delineamento metodológico e os temas mais recorrentes. Para facilitar o agrupamento dos dados, coletamos as informações ano a ano e, em seguida, agrupamos os dados gerais em quatro gráficos e duas tabelas que contêm os critérios definidos para a análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Distribuição anual das dissertações

A distribuição anual das dissertações oscila entre uma e duas publicações por ano. Nos anos de 2011 e 2016, não houve nenhuma publicação na área, como mostra o gráfico 1:

Figura 1 - Distribuição anual das dissertações publicados na BDTD (2009-2019)



Fonte: Autoria própria – 2020

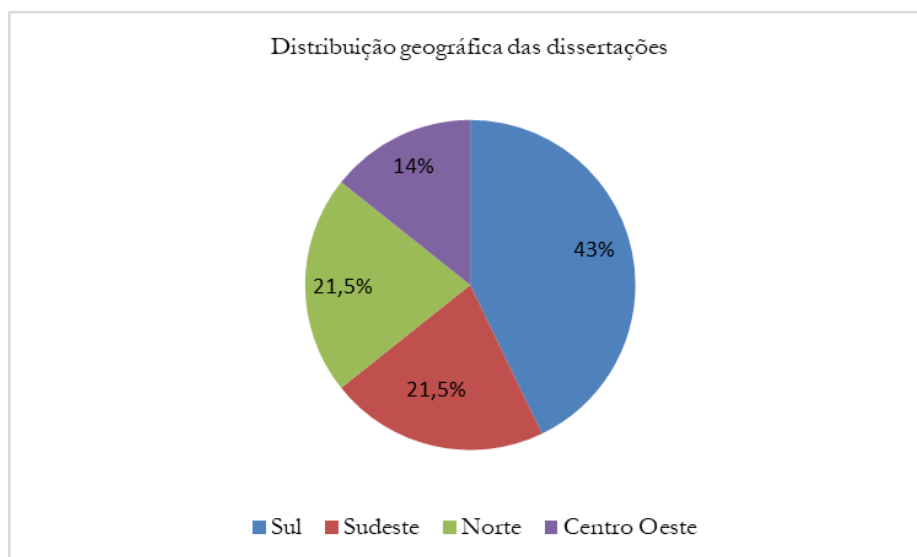
O número de pesquisas na área de Educação do Campo e de transporte escolar manteve-se entre uma e duas publicações em média, com exceção dos anos de 2011 e 2016, em que não houve nenhuma publicação na área de pós-graduação relacionada ao tema.

Distribuição regional

No que diz respeito à distribuição regional das dissertações, os dados apontaram que as pesquisas foram desenvolvidas em todos as regiões brasileiras, exceto na Região Nordeste.

Constatamos que o local de maior quantitativo de publicações foi na Região Sul, cujo número de dissertações publicadas foram seis (43%), de um total de 14 dissertações. Em seguida, a Região Sudeste e a Região Norte, com três (21,5%) dissertações cada uma; e a Região Centro-Oeste, com duas (14%) dissertações publicadas. Vejamos:

Figura 2 - Distribuição regional das dissertações brasileiras



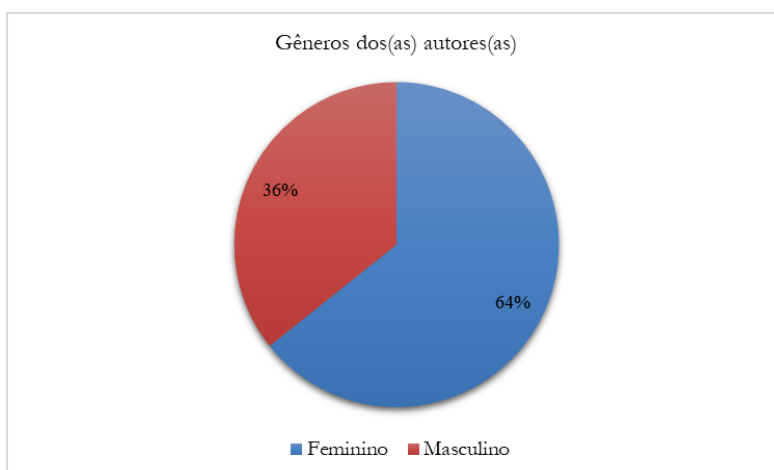
Fonte: Autoria própria – 2020

Como podemos observar no gráfico 2, não foi encontrada pesquisa na Região Nordeste publicada no período de 2009 a 2019 na BD'TD, fato que provoca certa inquietação, porque essa região e a Região Norte do País são as mais carentes de políticas de transporte escolar devido ao quantitativo de estudantes em situação de vulnerabilidade geográfica, social e econômica. Esse dado também salienta a necessidade de se investigar a efetivação da política de transporte escolar para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na Região Nordeste do País.

Gênero dos autores

Em relação ao gênero dos autores, os dados da pesquisa indicaram que o gênero feminino é o com a maior incidência de pesquisas relacionadas à política de transporte e Educação do Campo, portanto, o maior quantitativo de pesquisas sobre o tema com cerca de 64%. Quanto aos homens, apenas 36%, distribuídas nas diversas áreas de pós-graduação, como demonstrado no próximo gráfico.

Figura 3 - Gênero dos autores que têm pesquisado sobre transporte escolar e Educação do Campo no Brasil (2009-2019)



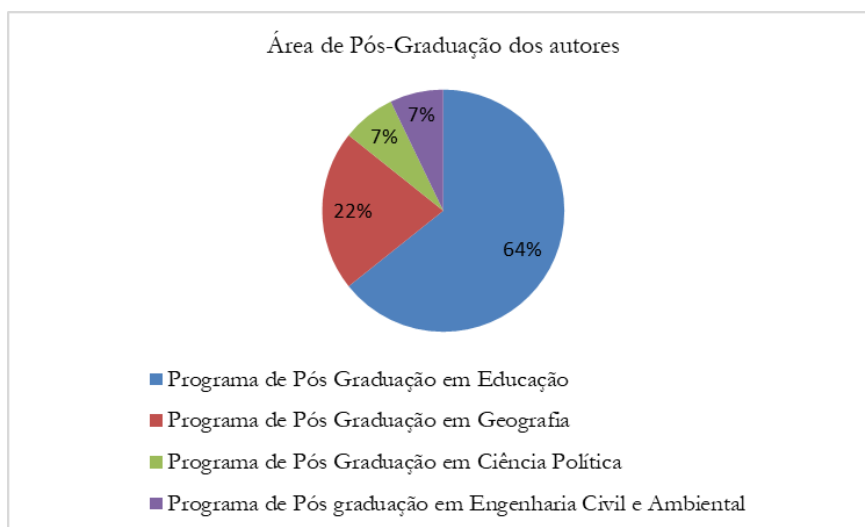
Fonte: Autoria própria – 2020

Esse dado pode estar atrelado a alguns fatores, como a sensibilidade do gênero feminino para pensar nas questões humanas, sua relação de maternidade, a preocupação com a vida escolar dos filhos e, para além disso, o fato de que as mulheres, historicamente, têm uma relação maior com a luta pela igualdade de direitos e espaço na sociedade em prol de uma sociedade mais justa e equitativa.

Área de Pós-Graduação dos autores

As pesquisas evidenciaram uma abrangência nas áreas de pós-graduação, mais especificamente de Mestrado, que vêm pesquisando a respeito da política de transporte escolar no campo educacional brasileiro, entre eles, o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental (PPGECA), como mostra o gráfico abaixo.

Figura 4 - Área de Pós-Graduação dos autores que têm pesquisado na área de Transporte



Fonte: Autoria própria - 2020

Como apontado no gráfico, as áreas de Mestrado que mais se destacam nas pesquisas que tratam da relação entre o transporte escolar e a Educação do Campo dizem respeito à Pós-Graduação em Educação (64%) e à Pós-Graduação em Geografia (22%). A Pós-Graduação em Ciência Política e Engenharia Civil e Ambiental são as áreas em que menos se tem pesquisado sobre o tema, o que representa cerca de 7% das pesquisas selecionadas para este estudo.

Salientamos que as dissertações voltadas para os Cursos de Pós-graduação em Educação – Cardoso Junior (2009), Baumann (2012), Paula (2013), Paiva (2014), Santos (2017), Groff (2018), Santos (2018) e Neves (2018) – são as que mais focalizam a discussão relacionada à confluência sobre a política de transporte escolar e a Educação do Campo posto que trazem mais questões acerca da educação de modo geral, além de ressaltar a política de nucleação escolar e o fechamento das escolas no meio rural, assunto muito abordado nas pesquisas.

Entretanto, assim como a área de Educação, a Pós-Graduação em Geografia também apresenta questões similares às pesquisas voltadas para a área de Educação, tratando a política de nucleação escolar e os desafios da Educação do Campo, como Nogueira (2014) que, em sua pesquisa, aborda a relação do homem com a natureza no contexto do fechamento das escolas rurais no estado de Goiás, e Pastorio (2015), que estuda a nucleação de escolas do campo, o fechamento de escolas e a política de transporte escolar.

Método de pesquisa adotado para a obtenção dos dados

Quanto às estratégias metodológicas adotadas para a obtenção dos dados, obtivemos o seguinte resultado:

Tabela 2 - Métodos de pesquisa utilizados para obtenção de dados

Método	Nº	%
Pesquisa de campo	6	43%
Documental	3	21%
Pesquisa de campo e documental	3	21%
Pesquisa bibliográfica	1	7%
Hipotético-dedutivo	1	7%

Fonte: Autoria própria – 2020

Ao ler, na íntegra, as dissertações, percebemos que as estratégias utilizadas para se obterem os dados das pesquisas foram bem variadas e subdivididas em: pesquisa de campo, documental, pesquisa de campo e documental, bibliográfica e hipotético-dedutivo. No entanto, como se pode verificar na tabela 3, o método mais utilizado foi o de pesquisa de campo, com cerca de 43%, seguida da pesquisa documental, com 21% e das pesquisas que adotaram ambos os métodos: pesquisa de campo e documental, com um total de 21%. Importa destacar que as estratégias para coletar os dados nas pesquisas de campo foram empregadas de duas maneiras: por meio de entrevista semiestruturada (50%) e questionários (43%).

Das 14 dissertações selecionadas para o estudo, sete adotaram as entrevistas semiestruturadas, o que corresponde a 50% das pesquisas. De acordo com Flick (2009), a entrevista semiestruturada, por se tratar de uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas, com base num roteiro flexível, dá voz ao interlocutor e muitas possibilidades de coletar informações sobre determinada temática para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador, em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante.

Não é de se estranhar que, devido às diferentes possibilidades de acesso à informação para fazer o levantamento de dados das pesquisas, muitas vezes associado a outras técnicas de coleta de informações, como observação do ambiente estudado, a estratégia de entrevista semiestruturada é capaz de favorecer o acesso a uma diversidade de opiniões, crenças, valores e significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao meio que as circunda. A entrevista é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra, do símbolo e do signo nas relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca (FLICK, 2009).

Ainda no que diz respeito à pesquisa de campo, a utilização de questionários, de maneira geral, também foi um instrumento adotado com muita incidência nas pesquisas, representando cerca de seis (43%). Todavia, cinco (36%) pesquisas associaram o questionário a outros instrumentos – entrevista semiestruturada e análise documental – além da pesquisa bibliográfica. Das seis (43%) dissertações que utilizaram o questionário como instrumento para coletar dados, apenas uma (7%) adotou a técnica para obtenção de informações em sua pesquisa. As demais – cinco (36%) – associaram o instrumento a outra(s) técnicas ou métodos, fazendo, muitas vezes, triangulação de dados em sua pesquisa.

A pesquisa documental também teve destaque nas pesquisas selecionadas para o estudo, o que correspondeu a 21% da modalidade para obtenção de dados. Esse método, de acordo com Severino (2007, p. 22), é uma

[...] fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais com jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nesses casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir do qual o pesquisado vai desenvolver sua investigação e análise.

Outro procedimento metodológico utilizado para uma das pesquisas (Lopes, 2009) foi o método hipotético-dedutivo, que é a construção de um modelo teórico baseado em hipóteses. A autora desenvolve um modelo organizacional para o TER (Transporte Escolar Rural), com o objetivo de articular questões referentes ao planejamento, à gestão e ao controle para subsidiar os estados e os municípios na organização desse serviço e garantir o direito de acesso dos estudantes

às instituições de ensino.

A pesquisa bibliográfica também foi um procedimento utilizado nas pesquisas. No entanto, apenas uma (7%) utilizou unicamente esse procedimento em sua pesquisa, cujas principais fontes foram teses e dissertações. As demais associaram a outro método.

Das 14 dissertações selecionadas para o estudo, cinco (36%) utilizaram mais de um tipo de pesquisa para obter os dados em suas pesquisas: pesquisa de campo, pesquisa documental e/ou pesquisa bibliográfica. Na pesquisa de campo, três (14%) das dissertações utilizaram o instrumento de pesquisa de campo (entrevista semiestruturada e/ou questionários) associado à análise documental; uma (7%) das pesquisas utilizou dois instrumentos: a entrevista semiestruturada e questionários, e uma (7%) utilizou três métodos distintos de pesquisa: a pesquisa documental, a pesquisa de campo (entrevistas semiestruturadas e questionários) e a pesquisa bibliográfica.

O fato de 36% das pesquisas utilizarem mais de um método e/ou instrumento para obter dados pode estar relacionado a uma intenção mais ampla do pesquisador de estudar por diferentes perspectivas um mesmo objeto de estudo, isto é, considerando as partes do todo para compreendê-la e delimitá-la.

Temáticas mais abordadas nas dissertações

Conforme as leituras das dissertações, verificou-se que elas tinham pontos temáticos que convergiam entre si, como exposto na tabela abaixo:

Tabela 3 - Temáticas mais abordadas nos estudos que tratam da relação do transporte escolar e Educação do Campo (2009-2019)

Temáticas mais abordadas	Sim	Não	Total
Direito à educação e/ou escola	14	0	14
Desenraizamento da cultura rural	12	2	14
Nucleação escolar	11	3	14
Fechamento de escolas rurais	11	3	14
Permanência das escolas rurais	11	3	14

Fonte: Autoria própria – 2020

Dentre as temáticas mais abordadas na pesquisa, o *direito a educação e/ou a escola* foi o tema mais discutido nas dissertações, e todas (100%) destacam a política de transporte escolar como uma alternativa necessária para garantir o acesso e a permanência dos estudantes da zona rural na escola.

A segunda foi o *desenraizamento da cultura rural*. Doze (86%) dissertações evidenciaram em seus estudos que a política de transporte escolar tem promovido mudanças no contexto sociocultural do campo. Ao deslocar os estudantes das escolas dos espaços rurais até os espaços urbanos onde se concentra a escola núcleo com um currículo inerente às especificidades urbanas, o transporte escolar tem contribuído para o desenraizamento cultural das comunidades camponesas.

Os estudos apontaram que, por não ter um currículo que não atende às especificidades rurais, a escola urbana se desvincula da realidade e da vivência cultural, social e econômica dessas populações e não é capaz de valorizar suas particularidades.

Outro tema muito recorrente nos estudos é a *nucleação escolar*. De 14 dissertações, 11 (79%) relacionam a política de transporte escolar com a política de nucleação que, de acordo com Pilim (2017), é a junção de duas ou mais escolas, que centraliza o atendimento em uma escola de porte maior, com a união de diversas escolas do campo ou das cidades, o que possibilita o fechamento das escolas do campo.

O fechamento, assim como a política de nucleação, tem consistência nos estudos e é abordado em 11 (79%) pesquisas que também evidenciaram a necessidade de conter o fechamento de escolas rurais. Como demonstrado na tabela 4, 79% das dissertações defendem a permanência de escolas rurais.

As pesquisas demonstraram que o transporte escolar, além de contribuir para que os estudantes que residem na zona rural e com condições precárias de deslocamento tenham acesso à escola, também viabilizou a política de nucleação escolar. Além disso, o fechamento de escolas rurais provocou algumas transformações socioculturais no contexto rural, como desenraizamento cultural e fragilidade das comunidades camponesas. Portanto, é nesse contexto de dualidades que a política de transporte escolar se tensiona com a política de Educação do Campo, cujo objetivo é de vincular os estudantes às suas comunidades com um currículo adequado aos seus valores sociais, culturais e econômicos, buscando fortalecer as comunidades rurais.

TRANSPORTE ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: APONTAMENTOS E REFLEXÕES

A oferta do transporte escolar tornou-se uma política educacional cada vez mais urgente para que os alunos residentes do campo pudessem usufruir de iguais condições de acesso e permanência as unidades de ensino, posto que o direito a educação não ficasse restrito apenas ao direito a vaga, mas a possibilidade de acesso a esse direito.

É nesse contexto que emerge no Brasil, a partir da década de 1990, mais precisamente em 1994, durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), a política de transporte escolar com o objetivo de garantir o acesso e permanência dos estudantes residentes do campo com condições precárias no que tange seu deslocamento no itinerário casa-escola, escola-casa.

No âmbito do governo federal e por intermédio do Ministério da Educação, foram criados três programas de transporte escolar: o PNTE – que vigorou entre 1994 e 2006, o PNATE – implantado em 2004 e o Programa Caminho da Escola – vigente desde 2007. Atualmente, os investimentos no transporte escolar de alunos do campo vêm de dois programas executados pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, são eles: o PNATE e o Caminho da Escola.

O PNATE concebido por meio da Lei nº 10.880 de 9 de junho de 2004, durante o governo Lula, tinha como objetivo garantir aos alunos do meio rural o acesso e permanência nos estabelecimentos escolares de Ensino Fundamental público, por meio de assistência financeira suplementar aos estados, Distrito Federal e municípios. De acordo com Ribeiro e Jesus (2014), o programa foi instituído com uma proposta inovadora de transferir recursos em caráter suplementar aos estados, Distrito Federal e municípios, para custear as despesas com o transporte dos estudantes residentes em área rural.

O programa repassa recursos em dez parcelas a cada ano, beneficiando estados e municípios que possuem estudantes da educação básica pública residentes nas zonas rurais. Importa destacar que a transferência é automática, sem necessidade de convênio e os recursos devem ser utilizados no custeio de despesas diversas, como consertos mecânicos, compra de combustível ou terceirização do serviço de transporte escolar. (FNDE, 2018).

O outro programa de transporte escolar vigente criado pelo governo federal, também no governo Lula, é o Caminho da Escola, instituído pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007. O programa foi concebido a partir de estudos técnicos coordenados pelo MEC/FNDE e a Universidade de Brasília (UnB) que identificaram a precariedade do transporte escolar e a consequente necessidade de intervenção do poder público, evidenciando que a idade média dos veículos que transportavam os alunos em todo o país, chegava a 16 anos e 6 meses. 27% (vinte e sete por cento) dos veículos eram apropriados para o transporte de cargas, e não de passageiros. No Nordeste, os veículos inadequados para o transporte de alunos representavam até 60% (sessenta por cento) da frota. Somado a estes fatores, o tempo que os alunos passavam dentro do

transporte, em muitos casos, chegava a ser o dobro do tempo em que permaneciam na escola (BRASIL, 2009).

Nesse cenário, o Programa Caminho da Escola foi criado com o objetivo de proporcionar melhores condições de deslocamento dos estudantes no trajeto casa-escola, escola-casa e garantia do acesso e permanência no sistema escolar. Para além disso, também consiste na concessão de linha de crédito especial aos estados e municípios para aquisição de ônibus, micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas, através de contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDS. (SANTOS; SANTOS; RODRIGUES, 2015).

Logo, conforme já destacado no texto, o governo federal executa dois programas de atendimento ao transporte do escolar: o Programa Caminho da Escola e o PNATE. O primeiro é voltado à aquisição de transporte, enquanto que o segundo faz transferências automáticas para subsidiar as despesas dos entes federados com o transporte escolar. (NEVES, 2019). Importa destacar que a partir de 2009, com a publicação da Medida Provisória (MP) nº 455/2009, transformada na Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, o PNATE foi ampliado a toda educação básica, beneficiando os alunos da Educação Infantil e do Ensino Médio residentes do campo.

O transporte escolar, de acordo com Basso (2013), é, na maioria dos casos, a única possibilidade daqueles que vivem no campo terem acesso à escola. Todavia, apesar da política de transporte escolar democratizar o acesso do aluno residente do campo à escola, esta não deixa de ser polêmica, sobretudo porque viabilizou o fechamento das escolas campesinas e o transporte massivo de crianças e adolescentes para as escolas da cidade.

Por ser defensor das escolas no campo e contrário a política de nucleação e fechamento escolar, Basso (2013), acredita que mesmo com suas limitações materiais e pedagógicas, as escolas multisseriadas podem ser consideradas uma possibilidade de acesso daqueles que vivem no campo à educação escolar de um modo mais humano, que poupa os alunos de longas viagens de ônibus, ou qualquer outro meio de transporte, e caminhadas. “[...] a multissérie próxima à moradia do aluno, mesmo com suas ressalvas, dará aqueles que vivem no campo e que não dispõem de uma escola seriada, maiores oportunidades de prosseguimento na escolarização, dada a facilidade de acesso à escola.” (BASSO, 2013, p.104).

Concomitante a essa argumentação, Nogueira (2014, p.48), explica que “[...] a distância que a escola está da casa dos alunos, o tempo gasto no transporte, o desgaste e o cansaço dos alunos – devido à necessidade de acordarem ainda de madrugada – e também a precariedade das estradas e dos veículos que fazem este transporte.”

Além disso, conforme apontado nos estudos, a utilização do transporte escolar além de permitir o acesso e permanência dos estudantes do campo na escola, também contribuiu para descaracterizar as especificidades sociais, culturais e econômicas do campesinato brasileiro, tendo em vista que o transporte de alunos, ao fomentar o fechamento de escolas do campo através da política de nucleação, é contrário as propostas de Educação no e do Campo, fruto da luta por Uma Educação do Campo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2011).

A Educação do Campo, apesar dos avanços constitucionais visando sua garantia e fortalecimento, em concordância com Groff (2018), ainda representa um espaço de luta e mobilização dos movimentos sociais populares e de organizações sociais do campo em prol da sua manutenção e reconhecimento. São visíveis as contradições entre o que está transcrito constitucionalmente ao que tem sido praticado nacionalmente com as escolas do campo.

Segundo Gobetti (2011), a Educação do Campo vem se concretizando nos últimos anos no Brasil como uma política pública pensada mediante ação conjunta de governos e sociedade civil organizada, caracterizada como uma dívida histórica do Estado em relação aos sujeitos do campo, que tiveram negado o seu direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos marginalizavam os sujeitos do campo ou vinculavam os mesmos ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro. Salienta ainda que, para conceber uma

educação a partir do campo, para o campo e no campo é necessário colocar um fim nos preconceitos a fim de desconstruir os paradigmas e injustiças estabelecidas entre campo e cidade.

Importa destacar, sobretudo, que nem toda escola localizada no campo tem como base a concepção da Educação do Campo. Para ser considerada Educação do Campo, as escolas precisam respeitar os princípios que a regem, conforme estabelecido no art. 2 do Decreto 7352/10:

I - Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização

escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Um dos elementos da identidade da Educação do Campo, segundo Baumann (2012, p. 38) é [...] “o respeito ao saber social da experiência do cotidiano dos povos do campo, das suas culturas, das formas de produção, das relações de produção por eles engendradas, como princípio dos processos de aprendizagem, o que requer o respeito à diversidade cultural.” Para a autora, a noção de Educação do Campo ressignifica a proposta educacional para as populações camponesas por considerar a sua diversidade cultural, territorial, ambiental e social, preconizando a superação do antagonismo entre o campo e a cidade, de modo que estes espaços passam a ser vistos como complementares e de igual valor.

Todavia, conforme Salienta Hage (2011), o transporte escolar que vem sendo incentivado nas últimas décadas, contraria o sentido da luta pela Educação do Campo, tendo em vista que, a saída dos estudantes do campo para a cidade tem se tornado, cada vez mais, uma condição para o acesso à escola, mais do que isso, “uma imposição e não uma opção dos estudantes do campo.” (HAGE, 2011, p.104).

Nas palavras de Ribeiro e Jesus (2015), apesar da política de transporte escolar ter sido implementada para facilitar o deslocamento do aluno do meio rural de casa para a escola e vice-versa, também contribuiu para que muitas escolas rurais fossem desativadas e, hoje, a maioria dos estudantes são transportados para as escolas urbanas porque a escola da sua localidade foi fechada/desativada.

Das 14 dissertações selecionadas para o estudo, apenas três não relacionam a política de transporte escolar com a nucleação e fechamento de escolas do campo. A primeira, de autoria de Lopes (2009), tem como objetivo desenvolver um modelo organizacional para o Transporte escolar dos alunos residentes do meio rural para subsidiar estados e municípios para que possam garantir

o acesso aos alunos de forma segura e confortável. A segunda pesquisa, de Cardoso Junior (2009), está mais relacionada com a questão de alfabetização do campo, mais especificamente a relação entre habilidade metalinguísticas e aprendizagem na linguagem escrita em classes multisseriadas e a terceira (PAULA, 2013), discute os desafios para a implementação de políticas educacionais que atendam as especificidades das escolas do campo, entre elas o currículo.

As demais, cerca de 79% das pesquisas evidenciam que a política de transporte escolar, inicialmente pensada para os estudantes residentes do campo, motivou a política de nucleação e concomitante a isso, o fechamento de escolas no meio rural. A política de nucleação escolar, de acordo com Baumann (2012), consiste no agrupamento de pequenas escolas multisseriadas, em uma escola núcleo, com características próprias de organização e funcionamento, podendo está localizada no campo ou na cidade.

Em síntese, a nucleação escolar, conforme Groff (2018), possui como foco o discurso da melhoria da qualidade da educação aos sujeitos do campo, evitando a multisseriação e buscando a promoção da economia baseada na redução de custo médio por aluno (custo e benefício).

Nesse cenário, a implementação de políticas educacionais, a exemplo da política de nucleação e fechamento de escolas, torna-se um caminho mais viável, embora vá na contramão das demandas que os movimentos sociais do campo e da cidade, dos educadores, das universidades colocam como referência para a educação no e do campo, uma vez que, além de submeter os alunos a perigos decorrentes das precárias condições das estradas e dos ônibus, também tem promovido a perda de vínculo sociocultural dos estudantes com a comunidade e enfraquece o movimento de luta por terra, posto que contribui para o esvaziamento do campo, em um constante processo migratório das famílias em busca de melhores condições de vida. (SANTOS, 2018).

Assim, o transporte escolar, que contribuiu para o fechamento de escolas rurais com a política de nucleação, tem ido contra as propostas de Educação do e no Campo que tem como premissa vincular os estudantes do campo as suas comunidades, com um currículo de reconhecimento e fortalecimento do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O transporte escolar toma especial dimensão quando necessário para o deslocamento do aluno residente do campo, para que este tenha acesso ao que lhe é garantido na Constituição Federal de 1988 (CF, 1988), reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) e Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990), que é o direito à educação.

Entretanto, a política de transporte escolar, uma vez que também viabilizou a política de nucleação escolar e, conseqüentemente, o fechamento de escolas rurais, além de contribuir para o acesso à escola daqueles alunos que residem no campo e com condições precárias de deslocamento no itinerário casa-escola, escola-casa, também contribuiu para algumas transformações socioculturais no contexto do campo, cujo os principais apontamentos destacados nos estudos foram: i) desenraizamento ou desvinculação cultural e ii) fragilidade das comunidades camponesas.

Portanto, é nesse contexto de dualidades que a política de transporte escolar se tensiona com a política de Educação do Campo, tendo em vista que os alunos que saem do campo para estudarem na cidade, além de vivenciarem uma cultura diferente da sua, os transtornos da rotina de acordar cedo, muitas vezes enfrentando horas de viagens, estradas com situações precárias e ficarem expostos esperando os demais colegas até a hora de retornarem para casa, não contam com um currículo que contemple as especificidades do campo. Logo, o transporte escolar tem ido na contramão do que preconiza a Educação do campo: vincular os estudantes as suas comunidades com um currículo adequado aos seus valores, sociais, culturais e econômicos buscando fortalecer as comunidades camponesas.

Embora a única maneira para muitos estudantes do campo terem acesso à escola seja se deslocando para as cidades e o transporte escolar seja fundamental nesse processo, é necessário

refletirmos sobre até que ponto a política de transporte inviabiliza os pressupostos da Educação do Campo. Salientamos, sobretudo, que independentemente da localização geográfica da escola, seja situada no campo ou cidade, ela deve contemplar um currículo que atenda e respeite as especificidades culturais, sociais e econômicas dos estudantes do campo para que possa integrá-lo a sua comunidade e, para além disso, para que estes se reconheçam no lugar onde vivem.

REFERÊNCIAS

BASSO, J. D. *As escolas no campo e as salas multisseriadas no Estado de São Paulo: um estudo sobre as condições da educação escolar*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2013, 150p. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640313>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BAUMANN, S. V. *Da vida das escolas rurais isoladas a uma escola isolada da vida rural: aprendizagens do processo de nucleação em santa rosa de lima* Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, SC, 2012. 166 p. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103417>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases*. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 25 mai. 2020.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. *ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 25 mai. 2020.

CARDOSO JUNIOR, W. S. *Alfabetização na educação do campo: relatos de professores de classes multisseriadas da Ilha de Marajó*. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16593>>. Acesso em: 21 jan..2020.

CALDART, R. S. A Escola do Campo em Movimento. In: ARROYO, M.G. CALDART, R.S. MOLINA, M. C. (Org.) *Por uma educação do Campo*. 5 eds. – Petrópolis, RJ: Vozes, ISBN 978 85 326 3047 6. 2014p. 2011.

GROFF, I. B. *O acesso e a permanência à educação escolar no município de Renascença-PR: percurso de crianças do campo à única escola municipal*. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/4046>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

GOBETTI, M. *Educação do Campo e Diversidade: Escola Itinerante “Maria Alice Wolff de Souza*. In PEIXER Z.I ; VARELLA I.A. *Educação do Campo*. Lages, SC: Grafine 2011. 176p.

HAGE, S. M. *Educação do campo, legislação e implicações na gestão e nas condições de trabalho de professores das escolas multisseriadas*. Simpósio da ANPAE, 2011b. Disponível em: <<http://www.anpae.org>>

br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoes Relatos/0481. pdf>. Acesso em: 03 out. 2020.

FERREIRA, N.S. A. *As pesquisas denominadas "estado da arte"*. Educação & sociedade, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002000300013&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 03 out. 2020

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LOPES, E.P. *Modelo organizacional para o transporte escolar rural nos estados e municípios brasileiros*. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado em Transportes Urbanos) -Universidade de Brasília, Brasília, 2009. < file:///D:/User/Downloads/007-2009%20(1).pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.

NEVES, L.K. D. *O impacto dos recursos aplicados no transporte escolar em relação à gestão político-financeira da educação básica: um estudo do financiamento da educação em municípios de Goiás*. 2019. 121 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4276>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

NOGUEIRA, A. M. *A relação homem – natureza no contexto do fechamento das escolas rurais em Ovidor (GO)*. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4092>>. Acesso em: 21 jan..2020.

PAIVA, F. M. *A experiência de egressos de uma escola do campo no município de Araraquara - SP*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto,

Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015. 196p. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-07042015-221338/pt-br.php>>. Acesso em: 23 jan.2020.

PASTÓRIO, E. *et al. Nucleação das escolas do campo: o caso do município de São Gabriel/RS*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2015. 161p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9444>>. Acesso em: 23 jan.2020. Acesso em: 23 jan. 2020.

PAULA, A. P. *Educação do campo: desafios para implementação de uma política educacional das escolas do campo*2013. 131p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013. Disponível em: <<http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1356>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

PELLIM, E. F. *As políticas de educação para os povos do campo no Brasil: uma análise do município de Nova Olímpia-PR entre 1990 e 2016 / Ezilda Franco Pellim*. - Paranaíba, 2017. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranaíba. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar – PPIFOR, 2017. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/49561019-As-politicas-de-educacao-para-os-povos-do-campo-no-brasil-uma-analise-do-municipio-de-nova-olimpia-pr-entre-1990-e-2016-ezilda-franco-pellim.html>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

RIBEIRO, A. C.; JESUS, W.F. *A trajetória histórica da política pública de transporte escolar: um olhar sob a assistência dos programas federais para a educação básica*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 66, p. 135-159. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643707>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

RODRIGUES, A. C. D. S., MARQUES, D. F., RODRIGUES, A. M., & Dias, G. L. (2017). *Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento*. Educação & Realidade, 42, 707-728. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/2017nahead/2175-6236-edreal>>

57687.pdf>. Acesso em: 20/08/2019.

SANTOS, T. F. *Desvelando cercas: o cenário da educação básica do e no campo no estado do Tocantins*. 2017. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Educação, Palmas, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11612/682>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

SANTOS, C. F. *Memória camponesa: os conflitos pela terra e educação do campo no município de Barreiras (BA)*. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9016>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

SANTOS, Karina Correia, SANTOS, Viviane Correia, RODRIGUES, Walter. Jardim. *Condições do transporte escolar e seus impasses no ensino e na aprendizagem em escolas do campo: o caso do município do Acará*. Estado do Pará. 1 ed. - Ananindeua: Itacaíunas, 2015. 76p.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, L. M. *Desafios e perspectivas da educação do campo: uma análise em Porto Nacional – TO*. 2019. 102f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11612/1197>> Acesso em: 21jan. 2020.

VASCONCELLOS, E. A. *Crianças rurais e acesso à escola: sugestões de política pública*. São Paulo em Perspectiva, vol. 5 n.1, jan./ mar. 1991. p. 93-98. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_13.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

VEIGA, J. E. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Série textos para discussão, v.

1, 2001. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2020.

Submetido e Aprovado em setembro de 2021

Informações dos autores

Larissa Amaro
Universidade Federal da Paraíba

Ana Cláudia Rodrigues
Universidade Federal da Paraíba
<https://orcid.org/0000-0003-3280-6095>

Marcelo Saturnino
Universidade Estadual da Paraíba
<https://orcid.org/0000-0003-4956-2023>